UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PONTA PORÃ

BACHARELADO EM CIÊNCIA ECONÔMICA

ALEXSANDER ALVES OLARTECHEA VERON

TEORIA ECONÔMICA DO SUICÍDIO: um estudo contemporâneo do caso brasileiro

PONTA PORÃ

2019

ALEXSANDER ALVES OLARTECHEA VERON

TEORIA ECONÔMICA DO SUICÍDIO: um estudo contemporâneo do caso brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Ponta Porã.

Orientador: Dr. Giovane Silveira da Silveira

PONTA PORÃ

2019

PHA Veron, Alexsander Alves Olartechea
Teoria Econômica do Suicídio: um estudo contemporâneo do caso brasileiro/Alexsander Alves Olartechea Veron. Ponta Porã, MS: UEMS, 2019.
--p. ; 30cm

Monografia (Graduação) – Ciência Econômica – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2019.
Orientador: Prof. Dr. Giovane Silveira da Silveira

1. Suicídio 2. Condições Econômicas 3. Brasil.
2. I. Título.

CDD

Alexsander Alves Olartechea Veron

TEORIA ECONÔMICA DO SUICÍDIO: um estudo contemporâneo do caso brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Ciência Econômica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Ponta Porã, como requisito para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Giovane Silveira da Silveira

Data da defesa: ___/___/____

Membros componentes da Banca Examinadora:

_____

Presidente e Orientador: Dr. Giovane Silveira da Silveira

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Ponta Porã

_____

Membro Titular:

_____

Membro Titular:

Local: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Ponta Porã (**UEMS/Ponta Porã – Faculdade de Ciência Econômica**)

RESUMO

Este trabalho trata da Teoria Econômica do Suicídio, trilhando as ocorrências desse fenômeno no Brasil e, em vista do cenário de inseguranças no qual estamos sendo lançados, especular se é possível pensar a categoria analítica “suicídio econômico” em termos de Brasil? Para tanto, adota-se como procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisa, a construção de uma revisão bibliográfica, para além de uma análise quantitativa e qualitativa de dados, a partir de um quadro teórico-conceitual de caráter interdisciplinar, dada as múltiplas faces indissociáveis deste tema de pesquisa. As análises das regressões lineares simples realizadas nesta pesquisa corroboraram a hipótese de que a decisão dos suicidas leva em conta fatores econômicos. Também se pode concluir que os estados com o maior número de suicídios por 100 mil habitantes sofrem de algum problema crônico que, em certa medida, pode ser também analisado pelas Ciências Econômicas como possíveis externalidades e/ou como dificuldade na implementação de políticas públicas efetivas e sustentáveis que possibilitem reduzir constantemente o número de suicídios. Logo, é notável que tais problemas tendem a se agravar com as políticas públicas atuais.

Palavras-chave: suicídio; condições econômicas; Brasil.

ABSTRACT

This paper deals with the Economic Theory of Suicide, tracing the occurrences of this phenomenon in Brazil and, in view of the scenario of insecurity in which we are being launched, speculate if it is possible to think about the analytical category “economic suicide” in terms of Brazil? To this end, it is adopted as methodological procedures and research techniques, the construction of a literature review, in addition to a quantitative and qualitative analysis of data, from a theoretical-conceptual framework of interdisciplinary character, given the multiple inseparable faces of this. Research theme. The analysis of simple linear regressions performed in this research corroborated the hypothesis that the decision of suicides takes into account economic factors. It can also be concluded that states with the highest number of suicides per 100,000 inhabitants suffer from some chronic problem that, to some extent, can also be analyzed by the economic sciences as possible externalities and / or as a difficulty in implementing effective public policies. sustainable means of constantly reducing the number of suicides. Therefore, it is remarkable that such problems tend to get worse with current public policies.

Keywords: suicide; economic conditions; Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Comparativo entre reajusto dos salários mínimos, IPCA e INPC.	24
Tabela 2	Mortalidade por Lesões autoprovocadas voluntariamente 2011 a 2017	25
Tabela 3	Mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente por 100 mil habitantes (2010-2017)	28
Tabela 4	Mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente por 100 mil habitantes (2012-2017)	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Modelo de Regressão Simples: desemprego-homens	31
Quadro 2	Modelo de Regressão Simples: desemprego-mulheres	32
Quadro 3	Modelo de Regressão Simples: desemprego-população	33
Quadro 4	Modelo de Regressão Simples: renda-homens	34
Quadro 5	Modelo de Regressão Simples: renda-mulheres	35
Quadro 6	Modelo de Regressão Simples: renda-população	36

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **10**
1. REFERENCIAL TEÓRICO **12**
1.1. Contextualizando a discussão de suicídio econômico **12**
1.2. Teoria Econômica do Suicídio: uma revisão teórica **13**
2. OPÇÕES METODOLÓGICAS **19**
2.1. Método e técnicas de pesquisa **19**
2.2. Percursos metodológicos **20**
3. SUICÍDIO ECONÔMICO: possibilidades analíticas no Brasil **23**
3.1. Análise de dados **23**
3.1.1. Análise de Modelo de Regressão Simples: desemprego-homens **31**
3.1.2. Análise de Modelo de Regressão Simples: desemprego-mulheres **32**
3.1.3. Análise de Modelo de Regressão Simples: desemprego-população **33**
3.1.4. Análise de Modelo de Regressão Simples: renda-homens **34**
3.1.5. Análise de Modelo de Regressão Simples: renda-mulheres **35**
3.1.6. Análise de Modelo de Regressão Simples: renda-população **36**
3.2. Discussões e resultados **37**
CONSIDERAÇÕES FINAIS **38**
REFERÊNCIAS **40**

INTRODUÇÃO

Vive-se no Brasil um cenário de incertezas, onde decisões políticas e econômicas e suas projeções traçam caminhos desoladores e vulneráveis para a maior parte da população, como os processos de extinção de direitos trabalhistas, os retrocessos nas políticas sociais.

Considerando este panorama, este trabalho trata da Teoria Econômica do Suicídio, trilhando as ocorrências desse fenômeno no Brasil e, em vista do cenário de inseguranças no qual estamos sendo lançados, especular se é possível pensar a categoria analítica "suicídio econômico" em termos de Brasil?

Para tanto, proponho realizar uma revisão literária consistente sobre a Teoria Econômica do Suicídio; identificar como o cenário atual pode influenciar as ocorrências de suicídio econômico; verificar qual a ocorrência desses eventos na contemporaneidade através de dados estatísticos; e, por fim, interpretar tais dados, tratando-os a partir da revisão literária. Pensando metodologicamente, proponho então realizar uma revisão bibliográfica, para além de uma análise quantitativa e qualitativa de dados.

Apesar de faltarem investigações científicas que constatem ligações diretas entre a elevação da taxa de suicídio entre idosos e o nível de precariedade de vida ao qual são submetidos por falta de renda adequada para gerirem suas vidas, é possível levantar algumas hipóteses sobre esses suicídios serem categorizados como "suicídio econômico", isto é, aquele que ocorre quando um sujeito percebe que sua vida (e de seus dependentes) é insustentável com as suas condições econômicas acessadas e, somado a outros agravantes, cria condições para que o mesmo tire sua vida.

Dentro das Ciências Econômicas a discussão sobre a possibilidade de suicídio econômico é iniciada com *An Economic Theory on Suicide* (Hammermesh; Soss, 1974), que mesmo sendo uma obra datada e ter sido escrita com enfoque na realidade estadunidense, mostra-se indispensável para essa discussão, uma vez que é fundamentada no livro *O Suicídio: estudo de sociologia*, célebre obra de Émile Durkheim que é considerado um livro vivo nas Ciências Sociais.

Neste sentido, este trabalho propõe-se a realizar uma revisão literária consistente sobre a Teoria Econômica do Suicídio, identificando como o cenário atual pode influenciar as ocorrências de suicídio econômico, além de verificar qual a incidências desses eventos na contemporaneidade no Brasil por região através de dados estatísticos, culminando na interpretação de tais dados a partir do referencial teórico proposto.

Assim, adota-se como procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisa, a construção de uma revisão bibliográfica, para além de uma análise quantitativa e qualitativa de dados, a partir de um quadro teórico-conceitual de caráter interdisciplinar, dada as múltiplas faces indissociáveis deste tema de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica (LAKATOS; MARCONI, 2015) é um método de apanhamento dos principais trabalhos elaborados acerca do tema, a partir da perspectiva do pesquisador, onde se procura por produções que possam oferecer, não somente dados atuais, mas também relevantes. Além disso, há uma contribuição imperativa na execução da pesquisa, evitando possíveis equívocos e/ou duplicações de ideias. O levantamento literário é indispensável, sendo dividido entre investigação de dados primários e investigação de dados secundários.

Nesta pesquisa, apresentam-se referenciais teóricos e dados acessados nas áreas da Ciência Econômica, da Antropologia e da Sociologia, uma vez que parte-se do pressuposto que é necessário investigar os problemas humanos, como o fenômeno suicídio, a partir de suas várias faces, pois não é somente no âmbito econômico que eles se processam e são processados (VICTORA, 2011).

Desta forma, este trabalho está dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo consta o referencial teórico, que contextualiza a discussão de suicídio econômico através de uma breve revisão teórica; o segundo capítulo dedica-se a esmiuçar as opções metodológicas desta pesquisa, descrevendo os percursos que foram trilhados; e por fim, no último capítulo, apresentam-se as possibilidades analíticas da categoria suicídio econômico no Brasil, por meio de uma discussão de incertezas teóricas e possibilidades estatísticas que cercam o tema.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. Contextualizando a discussão de suicídio econômico

Vive-se no Brasil um cenário de incertezas, onde decisões políticas e econômicas e suas projeções traçam caminhos desoladores e vulneráveis para a maior parte da população, como os processos de extinção de direitos trabalhistas, os retrocessos nas políticas sociais, as reduções em Benefícios de Prestação Continuada (BPC), as reformas na Previdência Social, entre outras.

Tais cortes como a redução no BPC e a reforma da Previdência Social anunciam a possibilidade de uma velhice miserável, tendo sido propostos em várias reuniões, onde

> a reforma prevê o pagamento do BPC conforme a idade da pessoa em condição de miserabilidade. Aos 60 anos, o valor proposto é R$ 400; aos 70, um salário mínimo (R$ 998) [...] A medida não atinge pessoas com deficiência, que continuarão a receber o salário mínimo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

Semelhante à situação experimentada no Chile nas últimas décadas, que após a privatização da previdência, que segue um modelo de capitalização no qual o trabalhador transfere parte do seu salário (de maneira geral algo em torno de 10% do seu salário) por no mínimo 20 anos para ter direito a se aposentar. Porém, o sistema que tem 40 anos atualmente se mostra insustentável, como aponta a Fundación Sol:

> El 50% de las 124 mil personas que se pensionaron durante el año 2018, a través de su ahorro y la rentabilidad conseguida por las AFP, sólo lograron autofinanciar una pensión menor a $48 mil, y el 50% de las personas que cotizaron entre 30 y 35 años en su vida laboral, pudieron autofinanciar una pensión menor a $246 mil, lo que equivale a 82% del Salario Mínimo (CARRASCO; STRAJILEVICH, 2019, p. 05).

Na situação do Chile, onde as aposentadorias não são suficientes para os beneficiários, sugere-se uma relação entre os valores aposentadorias e o crescimento considerável no número de suicídios entre idosos.

Apesar de faltarem investigações científicas que constatem ligações diretas entre a elevação da taxa de suicídio entre idosos e o nível de precariedade de vida ao qual são submetidos por falta de renda adequada para gerirem suas vidas, é possível levantar algumas hipóteses sobre esses suicídios serem categorizados como “suicídio econômico”, isto é, aquele que ocorre quando um sujeito percebe que sua vida (e de seus dependentes) é insustentável com as suas condições econômicas acessadas e, somado a outros agravantes, cria condições para que o mesmo tire sua vida.

Dentro das Ciências Econômicas a discussão sobre a possibilidade de suicídio econômico é iniciada com *An Economic Theory on Suicide* (Hammermesh; Soss, 1974), que mesmo sendo uma obra datada e ter sido escrita com enfoque na realidade estadunidense, mostra-se indispensável para essa discussão, uma vez que é fundamentada no livro *O Suicídio: estudo de sociologia*, célebre obra de Émile Durkheim que é considerado um livro vivo nas Ciências Sociais.

No Brasil alguns estudos foram desenvolvidos a partir desta proposta de Hamermesh e Soss:

Teoria Econômica do Suicídio: estudo empírico para o Brasil (ARAÚJO JR., et al., 2007), texto no qual os autores analisam dados dos anos 2000 por estado apontando para a possibilidade de suicídios motivados por razões econômicas no Brasil. Como resultado, é possível verificar que do ponto de vista etário, existe uma relação cúbica entre taxa de suicídio e idade e que as políticas públicas de saúde tem um efeito negativo sobre a taxa de suicídios

Determinantes Espaciais e Socioeconômicos do Suicídio no Brasil: uma abordagem regional (GONÇALVES, et al., 2011). Nesta obra, as variáveis econômicas são uma parte de todo o modelo de análise, que tem o enfoque na dinâmica espacial, considerando a maneira como as políticas públicas de saúde podem afetar as taxas de suicídio.

Em *Os Determinantes Econômicos do Suicídio: um estudo para o Brasil* (LOUREIRO, et al., 2010), a análise de renda e emprego se mostra significativa na tomada de decisão dos suicidas, onde a população mais jovem é afetada de maneira significativa por variações nesses indicadores.

1.2. Teoria Econômica do Suicídio: uma revisão teórica

No início deste ano, houve milhares de compartilhamentos da notícia[1] do suicídio de dois idosos no Chile em decorrência de não ser mais possível se sustentar com a aposentadoria. Apesar de diversos noticiários brasileiros online afirmarem que não é possível

[1] CERNA, Tamara. José y Blanca, la pareja de adultos mayores que falleció en El Bosque y cuyo caso es el segundo en un año. **Emol.com**. Santiago, 05, fev, 2019. Nacional. Disponível em: <https://www.emol.com/noticias/Nacional/2019/02/05/936877/Jose-y-Blanca-la-pareja-de-adultos-mayores-que-fallecio-en-El-Bosque-y-cuyo-caso-es-el-segundo-en-un-ano.html>.

considerar que esse caso trata-se de suicídio econômico[2], há uma considerável produção teórica que pode sinalizar o contrário, como é o caso do texto *An Economic Theory on Suicide* (HAMERMESH; SOSS, 1974).

O chamado "modelo de decisão individual" de Hamermesh e Soss defende que o comportamento suicida não pode ser reduzido somente a determinantes econômicos. Todavia, através do processo de tomada de decisão econômica uma parcela das variações nas taxas de suicídio pode ser explicada a partir da teoria econômica.

Desta forma Hamermesh e Soss apresentam o resultado de análise feita por meio de uma amostra de indivíduos homens entre 1947 e 1967 nos Estados Unidos, e um cross-section de dados individuais de 1959, relacionando os tipos de emprego e de renda. Uma das conclusões obtidas é que, dentre os fatores de risco para o suicídio, o nível de pobreza mostrou-se como uma das causas importantes nas sociedades desenvolvidas.

O texto também evidencia que a diminuição das atividades econômicas pós-45 causou um aumento proporcional nas taxas de suicídio, reforçando a hipótese de que há uma relação entre renda e suicídio. Outro resultado apresentado é que há maior sensibilidade de pessoas mais velhas à variação do desemprego se comparado com os jovens.

A partir deste texto, é possível construir uma reflexão que o conecte com outras leituras, mesmo que não contemporâneas a ela, porém que possibilitam em alguma medida construírem uma cartografia do contemporâneo. Uma delas é o trabalho de Bruno Latour e a Teoria do Ator-Rede.

O ilustre sociólogo, filósofo e antropólogo francês, além de oferecer uma série de ferramentas metodológicas e teóricas adequadas para a construção de uma cartografia do contemporâneo, tal como a que proponho aqui, contribui imensamente para as discussões das Ciências Sociais com a noção de agência e de redes do social.

A Teoria Ator-Rede (ou TAR, como se popularizou na academia brasileira) é fruto da produção de uma série de pesquisadores, que construíram (e ainda constroem) uma abordagem teórica e metodológica de Ciências Sociais para descrever e explicar estruturas, processos e eventos sociais, organizacionais, científicos e tecnológicos, partindo da premissa básica de que todos os componentes e estruturas (humanos ou não) formam uma rede de relações que podem ser mapeadas e descritas.

---

[2] FAUSTINO, Marco. Um casal de aposentados cometeu suicídio devido ao modelo de Previdência do Chile?. **E-Farsas**. 28, fev, 2018. Crimes. Disponível em: <http://www.e-farsas.com/um-casal-de-aposentados-cometeu-suicidio-devido-ao-modelo-de-previdencia-do-chile.html>.

Em seu texto *On Actor-Network Theory: a few clarifications*, Latour chama essas redes de relações como redes do social ao invés de redes sociais, pois não contam com componentes e estruturas essencialmente humanos, uma vez que tudo age, isto é, tudo tem o poder de agência.

Para Latour, esse arcabouço teórico-metodológico permite construir uma cartografia do social, lançando um novo olhar para pensar dicotomias como longe e perto, dentro e fora, grande e pequeno.

Com a mesma preocupação de realizar esse mapeamento do contemporâneo, Byung-Chul Han, filósofo sul-coreano, debate em sua obra *Sociedade do Cansaço* (2017) sobre depressão e fadiga mental e seus aspectos sociais, através de uma ácida – porém, indispensável – interpretação do esgotamento humano decorrentes das várias violências neuronais no processo de instituição da autoexploração, nas sociedades ocidentais, por meio da livre coerção da maximização do desempenho.

Para o autor, a sociedade disciplinar descrita por Michel Foucault agora, no século XXI, é substituída pela sociedade do desempenho, onde os sujeitos de obediência dão lugar aos *sujeitos de desempenho e produção*, onde ocupam o lugar de "empresários de si mesmos" (HAN, p. 23, 2017).

A negatividade da sociedade disciplinar, segundo Han, deu lugar para a positividade compulsória, onde a negação de direitos dá lugar ao *yes, we can!*, que ainda assim, não permite que o poder cancele o direito, uma vez que a coerção de desempenho não anula o caráter disciplinar do sujeito:

> A mudança de paradigma da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho aponta para a continuidade de um nível. Já habita, naturalmente, o *inconsciente social*, o desejo de maximizar a produção. A partir de determinado ponto de produtividade, a técnica disciplinar ou o esquema negativo da proibição se choca rapidamente com seus limites. Para elevar a produtividade, o paradigma da disciplina é substituído pelo paradigma do desempenho ou pelo esquema positivo do poder, pois a partir de um determinado nível de produtividade, a negatividade da proibição tem um efeito de bloqueio, impedindo um maior crescimento (HAN, p. 25, 2017).

Nesse mesmo sentido, Noritoshi Furuichi, sociólogo japonês, investiga como a juventude "fracassada" nessa lógica de desempenho maximizado e inserida numa nação em crise – neste caso, o Japão logo após os tsunamis e o desastre nuclear no início do século – ainda assim são *felizes*, segundo seu livro The Happy Youth of a Desperate Country (2017).

Todo esse processo de sobreviver em meio a estes cenários é análogo às reflexões sobre a gratuidade da existência presente na obra *O Mito de Sísifo*, de Albert Camus, que

escreve em um momento de perdas humanas e materiais no período entre guerras de 1942, mas que trata de um tema ainda muito vivaz nos dias de hoje: a irracionalidade na qual estamos imersos, aonde, assim como Sísifo, condenado pelos deuses a empurrar incessantemente uma pedra até o topo da montanha de onde voltaria a cair sempre, desempenhamos um trabalho inútil e sem esperança:

> Cenários desabarem é coisa que acontece. Acordar, bonde, quatro horas no escritório ou na fábrica, almoço, bonde, quatro horas de trabalho, jantar, sono e segunda terça quarta quinta sexta e sábado no mesmo ritmo, um percurso que transcorre sem problemas a maior parte do tempo. Um belo dia, surge o "por quê" e tudo começa a entrar numa lassidão tingida de assombro (CAMUS, p. 27, 2017).

Para esmiuçar as sociedades capitalistas ocidentais e seus absurdos diários, Achile Mbembe trata em seu ensaio *Necropolítica*, o pressuposto de

> que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, p. 123, 2015).

Essa leitura visceral suporta a interpretação para as tomadas de decisão política e econômica que vivenciamos atualmente, repleta de cortes e privatizações de direitos básicos assegurados constitucionalmente, onde não se evidência preocupação alguma com o nível de precariedade ao qual milhões de brasileiros serão submetidos em troca de se seguir uma redução fiscal parte da pauta conservadora irracional instituída como prioridade no governo atual.

Nesse sentido, é necessário pensar como as economias e as políticas da vida estão intrinsecamente ligadas ao que a antropóloga Ceres Victora chama de "sofrimento social", em seu artigo *Sofrimento Social e a Corporificação do Mundo: contribuições da Antropologia* (2011) que desenvolve um estudo e manejo do sofrimento humano a partir desta categoria de perturbações que padecem de uma inevitabilidade própria de uma dinâmica da vida e que são verificadas em condições e configurações históricas e sociais específicas.

Outro aspecto trazido pela autora ao tratar do sofrimento social e que cabe aqui para a discussão de suicídio econômico, é como analisar essa categoria frente ao desafio de indissociabilidade de suas dimensões físicas, psicológicas, morais e sociais.

Há uma inseparabilidade dos níveis social e individual, que para Victora (2011), resulta em um processo de corporificação do sofrimento, isto é, no sofrimento individual resultante de um processo coletivo.

Nessa mesma linha de análise, Chiara Pussetti e Micol Brazzabeni (2011) mostram como uma análise de trajetos individuais evidencia que sujeitos e grupos que padecem de sofrimento social partilham uma mesma condição de estar nas margens de organizações sociais, onde uma dada lógica social os impede de negociar até mesmo a própria existência. Essa configuração social e, portanto, política e econômica, mostra que:

> O sofrimento social, nesta perspectiva, resulta de uma violência cometida pela própria estrutura social e não por um indivíduo ou grupo que dela faz parte: o conceito refere-se aos efeitos nocivos das relações desiguais de poder que caracterizam a organização social. Alude, ao mesmo tempo, a uma série de problemas individuais cuja origem e consequência têm as suas raízes nas fraturas devastantes que as forças sociais podem exercitar sobre a experiência humana. O mal-estar social deriva, portanto, daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como tais formas de poder podem influenciar as respostas aos problemas sociais (BRAZZABENI; PUSSETTI, 2011, p.469).

A inseparabilidade existente entre o individual e social surge aqui como um desafio para as Ciências Econômicas, não somente no sentido de crítica à própria teoria e metodologia desta área, mas como uma categoria de flexão para as análises construídas no âmbito acadêmico.

É necessário, nesse pano de fundo teórico para análise de dados, que categorias analíticas como sofrimento social, violência estrutural, entre outras, tenham uma presença pertinente para flexionar categorias próprias das Ciências Econômicas, uma vez que a temática complexa deste trabalho demanda um diálogo minimamente multifacetado para discutir com clareza e coesão o que se vive em tal cenário social, político e econômico no Brasil.

Vale ressaltar que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), os fatores de risco e situações de risco para comportamentos suicidas podem incluir, dentro de certas circunstâncias culturais, genéticas, psicossociais e ambientais (2006, p. 04):

- Estatuto socioeconômico e nível de educação baixos;
- Perda de emprego;
- Stress social;
- Problemas com o funcionamento da família, relações sociais, e sistemas de apoio;
- Trauma (abuso físico e sexual, por exemplo);
- Perdas pessoais;
- Perturbações mentais (como depressão, perturbações da personalidade, esquizofrenia, e abuso de álcool e de substâncias);
- Sentimentos de baixa autoestima ou de desesperança;

- Questões relacionadas a orientação sexual;
- Comportamentos idiossincráticos (tais como estilo cognitivo e estrutura de personalidade);
- Pouco discernimento, falta de controle da impulsividade, e comportamentos autodestrutivos;
- Poucas competências para enfrentar problemas;
- Doença física e dor crónica;
- Exposição ao suicídio de outras pessoas;
- Acesso a meios para conseguir fazer-se mal;
- Acontecimentos destrutivos e violentos (como guerra ou desastres catastróficos).

Os dados que a OMS oferece para conselheiros, juntamente com os resultados obtidos nas pesquisas nacionais sobre suicídio econômico no Brasil, apontam justamente para o engendramento que essas circunstâncias, intensificadas pelas diversas desigualdades sociais que afligem sujeitos e grupos diariamente, perpassam não tão somente o campo econômico.

Portanto, diante de tais elucidações que serão confrontadas com dados ao longo do texto, é possível sustentar uma hipótese inicial de que as medidas políticas e econômicas tomadas pelo Governo – que tem como proposta desregulamentar o mercado e privatizar o acesso aos serviços estatais – podem contribuir para um crescente do que pode ser considerado suicídio econômico.

2. OPÇÕES METODOLÓGICAS

A monografia pode ser tomada como o primeiro passo da atividade científica de uma pesquisa. Nesse sentido, é importante salientar que sua característica essencial não é sua extensão, e sim seu caráter de observar e acumular observações, que após serem organizadas, servem de busca pra relações e regularidades entre elas, possibilitando indagações e utilizações inteligentes de leituras e experimentações para comprovação ou refutação de noções científicas (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Para tanto, esse pensamento reflexivo tratado cientificamente e aqui apresentado como texto, constituiu certo percurso na construção de *verdades* parciais que serão apresentados neste capítulo.

Existem fragmentos da metodologia que estão diluídos no texto para facilitar a compreensão da reflexão que está sendo construída. Porém, estes também serão recolhidos aqui quando forem necessários para reforçar esse conteúdo por meio do uso de bibliografia da área metodológica.

2.1. Métodos e técnicas de pesquisa

Nessa pesquisa é desenvolvida uma pesquisa de caráter exploratório, buscando-se "desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores" (GIL, p. 38, 1990).

Ao esmiuçar a categoria de suicídio econômico, para além de proporcionar uma visão geral do assunto, tem-se como enfoque obter 'um problema mais bem esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados' (GIL, p. 38, 1990).

No processo de levantamento de dados, essa pesquisa contou com uma pesquisa documental e com uma pesquisa bibliográfica. A primeira, também conhecida como pesquisa de fontes primárias, deu-se através do acesso a documentos provenientes dos próprios órgãos que realizam tais observações (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Já a segunda, a pesquisa de fontes secundárias, trata-se do levantamento de toda a bibliografia relevante já publicada sobre o assunto, naturalmente, em qualquer formato (livros, revistas, periódicos online, etc.). A importância da pesquisa bibliográfica pode ser mais bem descrita nas palavras de Lakatos e Marconi (2001):

> A descrição do que é e para que serve a pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto a de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da

> questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de todo a pesquisa científica (LAKATOS; MARCONI, p. 44, 2001).

O levantamento bibliográfico apresentado neste texto tem a preocupação de constituir um referencial teórico para a interpretação dos dados através de uma perspectiva interdisciplinar, uma vez que parte-se do pressuposto de que é necessário investigar os problemas humanos, como o fenômeno suicídio, a partir de suas várias faces, pois não é somente no âmbito econômico que eles se processam e são processados (VICTORA, 2011).

O caráter multifacetado aqui citado refere-se ao entendimento de que o suicídio, tal como é consenso em diversas áreas de conhecimento, é um evento que está 'além do controle individual, mas que tem implicações diretas no cotidiano das pessoas' (VICTORA, p. 06, 2011).

Daí a necessidade de um referencial teórico interdisciplinar, uma vez que o suicídio não é um tema de estudo exclusivo das Ciências Econômicas, mesmo que aqui tenha como base uma perspectiva metodológica característica das Ciências Sociais.

Quanto à coleta de dados se dá, evidentemente, mediante a consulta de base de dados e outros repositórios de arquivos, aqui acessados online. Esses dados recenseados "são sempre de natureza quantitativa e, de modo geral, já sofreram algum tipo de tratamento" (GIL, p. 119, 1990).

Ainda como sugere Gil (1990), a interpretação de dados deve ser feita visando sua generalização e o estabelecimento das relações entre suas variáveis, sempre seguindo as recomendações sobre os cuidados que devem ser adotados para que as interpretações não comprometam a pesquisa.

2.2. Percursos metodológicos

Aqui se pretende redigir minuciosamente os procedimentos adotados na investigação dos dados, uma vez que os dados obtidos na pesquisa econômica não estão indiferentes a maneira que foram obtidos (GIL, 1990).

Nessa pesquisa exploratória com delineamento bibliográfico foram utilizados dados agregados do Brasil, que foram consultados nas plataformas online do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS); da base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil mantidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA); da Fundação Getúlio Vargas (FGV); da Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC); do Branco

Central do Brasil (BACEN); e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

A escolha destas instituições de coleta e organização de informações foi feita, para além da confiabilidade científica que conferem, com o intuito de suprir a necessidade estatística desta pesquisa.

O DATASUS, por exemplo, apresenta dados relacionados à saúde, no caso, o número de mortes por lesões autoinflingidas; os demais órgãos de pesquisas foram selecionados como fonte de dados por fornecerem informações socioeconômicas com espacialidades e temporalidades que contemplam esta pesquisa, com dados distribuídos mensal e anualmente e por unidades da federação e regiões.

Os dados foram coletados tanto a nível nacional, quanto em nível das unidades da federação, sendo recenseados de maneira mensal e anual, com o intuito de fazer comparações para a verificação de alterações nas taxas de suicídio, taxas de renda de inadimplentes, inflação, poder de compra e distribuição de renda, considerando a possibilidade de relação entre as variáveis. Também se tem em vista a necessidade de perceber se existe alguma tendência entre essas variáveis (crescente, decrescente, ciclos, etc.).

A análise estatística dos dados aqui feita consiste em uma simples Análise Exploratória de Dados, como média, moda, mediana, desvio-padrão, apresentada em gráficos de barra e pizza, considerando-se que o comportamento de uma variável pode atender a determinados objetivos e confirmar, ou rejeitar as hipóteses apresentadas no início do texto.

Além disto, o impacto as variáveis sobre outras é verificado através de um Modelo de Regressão Simples, haja em vista que:

> A análise da regressão diz respeito ao estudo da dependência de uma variável, a variável dependente, em relação a uma ou mais variáveis, as variáveis explanatórias, visando estimar e/ou prever o valor médio (da população) da primeira em termos dos valores conhecidos ou fixados (em amostragens repetidas) das segundas (GUJARATI; PORTER, 2011, p. 39).

Em síntese, pode-se dizer que o Modelo de Regressão Simples, nesta pesquisa, possibilita perceber como o impacto dos dados pelos coeficientes de uma ou mais variáveis é indispensável para atender aos objetivos e hipóteses propostas, enriquecendo a discussão teórica, que é, indiscutivelmente, tão importante quanto à análise de dados.

Considerando o papel que o Modelo de Regressão Simples desempenha nesta pesquisa, deve-se clarificar o seu funcionamento. E para a melhor compreensão de como se dá a regressão linear simples é necessário analisar os elementos que a compõem. Para isto, cabe aqui observar inicialmente sua fórmula:

$$Y=\beta_1+\beta_2 X \qquad 0< \beta_2<1$$

O elemento Y é a variável dependente neste modelo e é o número de suicídio por 100 mil habitantes e X é a variável explicativa que assume nas regressões o valor da renda ou do desemprego. β_1 e β_2 são respectivamente o intercepto e o coeficiente angular, sendo que β_2 mede a influencia de X (GUJARATI, 2011).

Com relação aos modelos de regressão, estes foram submetidos a testes a fim de verificar a robustez, ou fragilidade do modelo obtido: o teste *t* de *Student* (GRIFFITHS; HILL; JUDGE, 2010) para verificar se o modelo apresenta a distribuição *t* com 95% de certeza (α=0,05) onde a hipótese nula é H_0:X_1 = 0,05 e a hipótese alternativa é H_1:$X_1 \neq$ 0,05 para está hipótese com 24 observações temos 22 graus de liberdade sendo o valor critico de t_c 2,074, sendo assim, rejeitamos a hipótese nula caso $t \geq$ 2,074 ou $t \leq$2,074, o teste de *t* consiste da seguinte formula onde MQ é a estimativa dos mínimos quadrados de X_1:

$$t = (\text{MQ}-\alpha)/\text{erro-padrão}$$

Durante os testes de *t* para as regressões desemprego-homens (3.1.1) e renda-homens (3.1.4) rejeitaram a hipótese nula com 95% de certeza, porém a hipótese nula não foi rejeitada com 90% de certeza.

A análise de variância (ANOVA) que apresenta os graus de liberdade da equação, as somas dos quadrados e o quadrado médio, além disso, é utilizada para estimar se o R^2 que representa qual o grau de explicação da variável explanatória sobre variável dependente, sendo que R^2=1 representa que o modelo se ajusta perfeitamente (GRIFFITHS; HILL; JUDGE, 2010).

Por fim, verifica-se o valor-p para determinar "[...] o menor nível de significância a que uma hipótese nula pode ser rejeitada" (GUJARATI, p. 831, 2011). Sendo a é H_0: $\alpha = p$ e a hipótese alternativa é H_1: $\alpha \neq p$.

3. SUICÍDIO ECONÔMICO: possibilidades analíticas no Brasil

3.1. Análise de dados

Os dados estatísticos são fundamentais para delimitar possíveis grupos vulneráveis economicamente. Nesse sentido, desempregados e subempregados constituem um grupo de destaque quanto a sua vulnerabilidade.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC/T) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação[3] no primeiro trimestre de 2019 no Brasil foi de 12,7% pontos percentuais (p.p.) em relação à força de trabalho[4], a taxa de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas foi de 6,4% p.p. em relação força de trabalho. Nesse período, o contingente de desalentados foi de 4,8 milhões cerca de 2,7% p.p. em relação a força de trabalho ampliada, condição esta que se caracteriza por pessoas que:

> [...] não conseguiam trabalho, ou não tinham experiência, ou eram muito jovens ou idosas, ou não encontraram trabalho na localidade – e que, se tivessem conseguido trabalho, estariam disponíveis para assumir a vaga (CÁSSIA, et al., 2018, p. 22).

O perfil desde grupo traz consigo vários marcadores sociais que são representativos de grupos com uma maior vulnerabilidade econômica. Esses marcadores sociais (raça, gênero, classe, geração, entre outros) são

> [...] sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais. [...] Cada uma dessas categorias de classificação está associada a uma determinada posição social, possui uma história e atribui certas características em comum aos indivíduos nela agrupados (ZAMBONI, 2014, 13-14).

Para além da questão de *estar* empregado ou desempregado, as variações do salário mínimo, inflação e taxa de juros podem representar um achatamento progressivo no poder de compra das famílias, tendo em vista os indicadores Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que quando comparados com as taxas de reajuste do salário mínimo podem fornecer detalhes de um processo de perda de poder de compra.

---

[3] Na metodologia adotada pelo IBGE os desocupados são pessoas sem trabalho que nos 30 dias de referência tomaram alguma ação efetiva para conseguir um trabalho e que na semana de referência estariam aptas a começar a trabalhar.

[4] Trata-se da soma das pessoas desocupadas e ocupadas, sendo que as pessoas ocupadas são aquelas que trabalharam ao menos uma hora na semana de referência em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios, ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda a membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou ainda as que tinham trabalho remunerado e estavam afastadas durante a semana de referência.

Tabela 1: Comparativo entre reajusto dos salários mínimos, IPCA e INPC.

Ano	Salario Mínimo (R$)	Reajuste em relação ao período anterior (%)	IPCA		INPC	
			Taxa anual (%)	Diferença (%)	Taxa anual (%)	Diferença (%)
2011	R$ 540,00	-	6,5	-	6,08	-
2012	R$ 622,00	15,19	5,84	9,35	6,2	8,99
2013	R$ 678,00	9	5,91	3,09	5,56	3,44
2014	R$ 724,00	6,78	6,41	0,37	6,23	0,55
2015	R$ 788,00	8,84	10,67	-1,83	11,28	-2,44
2016	R$ 880,00	11,68	6,29	5,39	6,58	5,10
2017	R$ 937,00	6,48	2,95	3,53	2,07	4,41
2018	R$ 954,00	1,81	3,75	-1,94	3,43	-1,62
2019	R$ 998,00	4,61	2,22	2,39	2,44	2,17

Fonte: IBGE, IPEADATA, 2019.

Os juros, na perspectiva das famílias, estão ligados diretamente ao grupo das famílias endividadas que, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em junho de 2019, representavam 64,1% p.p. das famílias, sendo que desde janeiro a taxa se manteve crescente, no início do ano era de 60,1% p.p.

Outro fato importante é que das famílias endividadas 78,8 % p.p. em julho de 2019 estava com dividas no cartão de crédito. Em relação ao tempo de endividamento 32,1% p.p das famílias endividadas estão a mais de um ano, 16,7 % p.p. estão a de seis meses a um ano, 22 % p.p. de três a seis meses, 24,7% p.p estão endividadas há no máximo três meses os 4,5% p.p. restante não respondeu há quanto tempo estava endividado ou não soube responder.

Para tratar o suicídio numa ótica quantitativo-qualitativa, pretende-se utilizar os dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), coletando os dados de mortes por lesões autoprovocadas intencionalmente por estado e posteriormente agregando esses dados por região, os dados irão contemplar o período de 2010 a 2017 de forma a ser possível traçar comparativos com os demais dados que serão coletados:

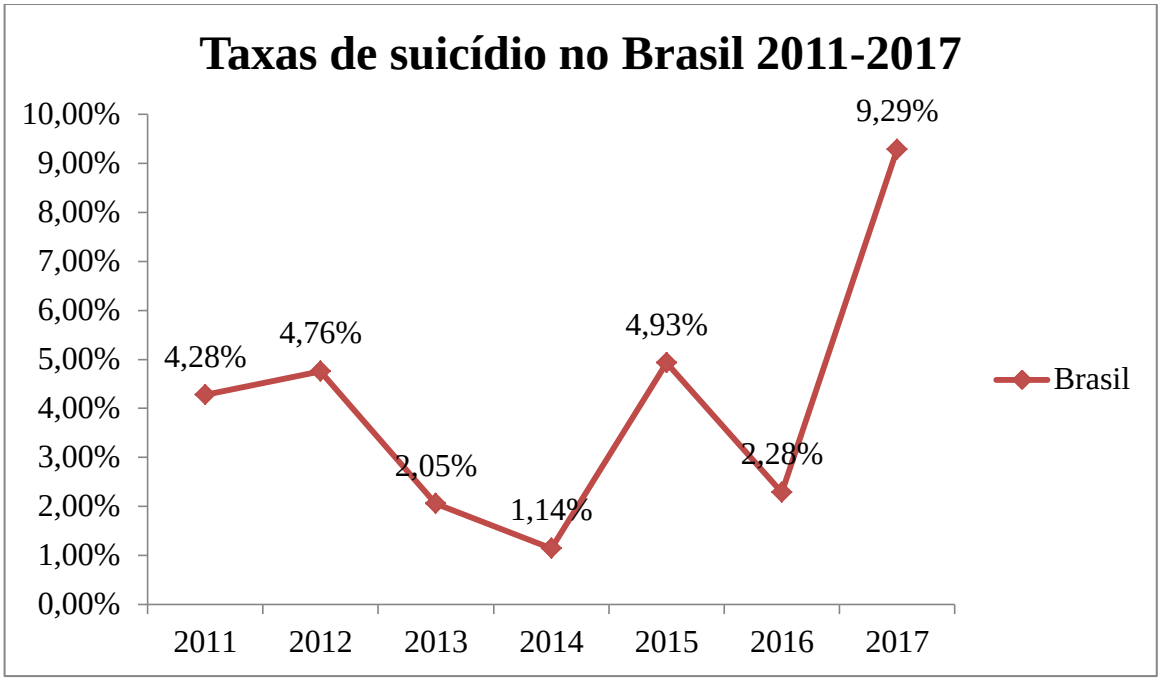
Tabela 2: Mortalidade por Lesões autoprovocadas voluntariamente 2011 a 2017

Região/ Unidade da Federação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	crescimento no período (%)
Brasil	**9852**	**10321**	**10533**	**10653**	**11178**	**11433**	**12495**	**26,8%**
Norte	**692**	**694**	**759**	**708**	**881**	**826**	**896**	**29,5%**
Rondônia	78	73	86	84	109	103	113	44,9%
Acre	41	43	44	49	39	56	64	56,1%
Amazonas	188	185	225	233	263	194	207	10,1%
Roraima	34	38	33	15	52	59	50	47,1%
Pará	222	240	232	208	266	277	301	35,6%
Amapá	37	21	45	34	53	36	46	24,3%
Tocantins	92	94	94	85	99	101	115	25,0%
Nordeste	**2297**	**2336**	**2494**	**2393**	**2540**	**2722**	**2981**	**29,8%**
Maranhão	218	206	242	255	280	294	318	45,9%
Piauí	234	233	227	244	271	321	317	35,5%
Ceará	553	510	590	566	565	590	644	16,5%
Rio Grande do Norte	177	171	157	169	156	181	180	1,7%
Paraíba	163	189	199	158	221	181	250	53,4%
Pernambuco	291	332	320	325	308	396	438	50,5%
Alagoas	104	109	143	118	116	112	104	0%
Sergipe	125	109	125	110	120	115	127	1,6%
Bahia	432	477	491	448	503	532	603	39,6%
Sudeste	**3900**	**4002**	**3959**	**4283**	**4323**	**4249**	**4635**	**18,8%**
Minas Gerais	1258	1264	1159	1357	1303	1302	1515	20,4%
Espírito Santo	162	178	158	172	189	175	207	27,8%
Rio de Janeiro	433	463	437	522	531	573	607	40,2%
São Paulo	2047	2097	2205	2232	2300	2199	2306	12,7%
Região Sul	**2156**	**2357**	**2365**	**2319**	**2494**	**2602**	**2862**	**32,7%**
Paraná	593	629	655	620	716	760	774	30,5%
Santa Catarina	520	548	568	587	637	674	739	42,1%
Rio Grande do Sul	1043	1180	1142	1112	1141	1168	1349	29,3%
Centro-Oeste	**807**	**932**	**956**	**950**	**940**	**1034**	**1121**	**38,9%**
Mato Grosso do Sul	211	210	228	204	230	223	259	22,7%
Mato Grosso	158	185	177	157	145	178	197	24,7%
Goiás	338	402	427	454	435	481	497	47%
Distrito Federal	100	135	124	135	130	152	168	**68,0%**

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (2019)

O Brasil tem taxas de suicídio crescentes durante esse período, em 2017 houve um aumento desta taxa que se mantem em média em 4% p.p. para 9,29% p.p.:

Imagem 1: Taxas de suicido no Brasil 2011-2017

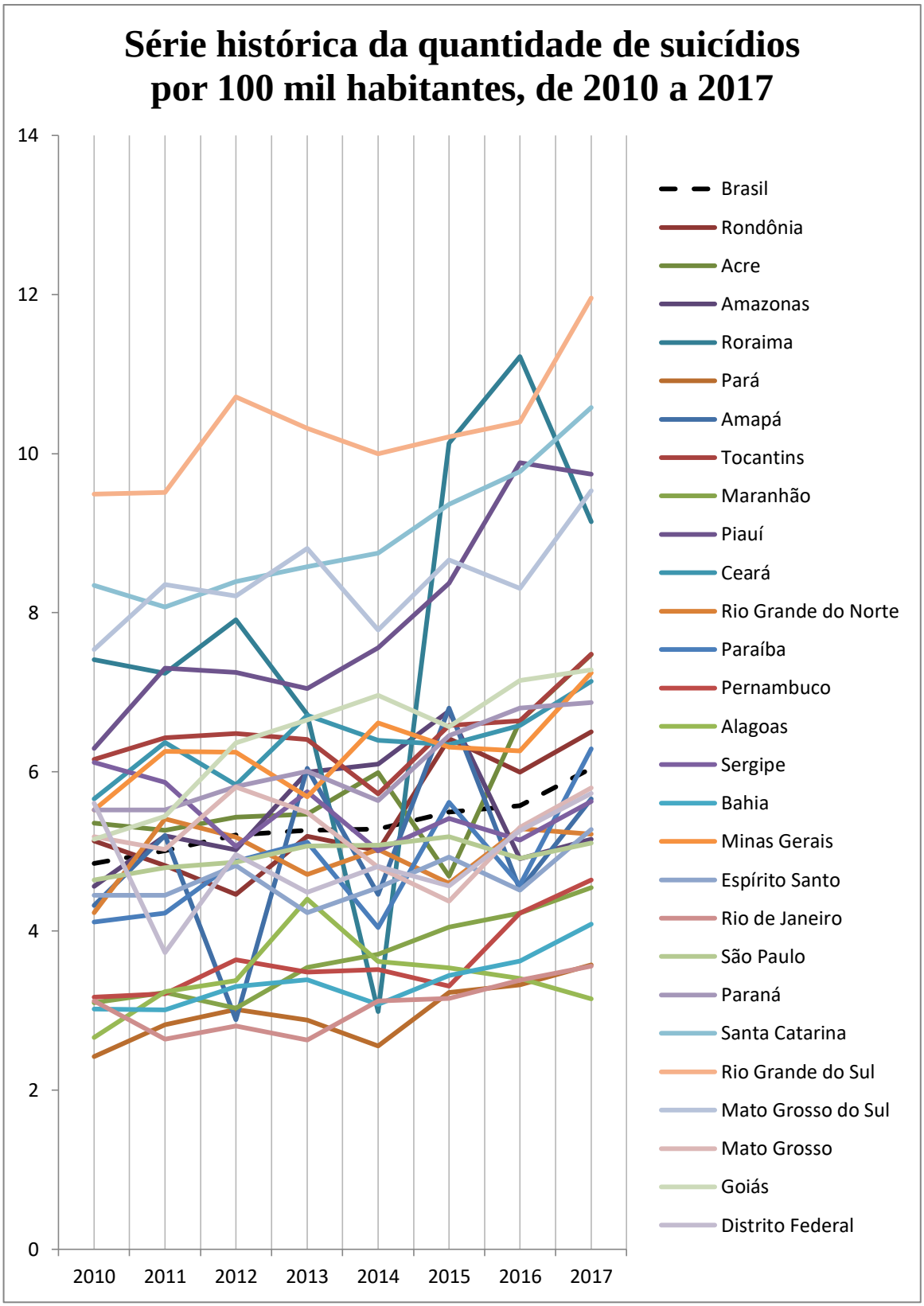


Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (2019)

A análise somente do número de suicídios de maneira absoluta pode levar a equívocos, para um panorama mais claro da situação atual, a adoção da métrica de número de suicídios por 100 mil habitantes torna os dados proporcionais à população e permite fazer comparação entre estados e regiões com diferentes tamanhos populacionais, mostrando-se uma escolha melhor.

Na imagem 2 e Tabela 3(abaixo) pode-se verificar que existem treze unidades da federação (UF) que estão acima da média nacional em 2017 e quatorze UFs que estão abaixo da média abaixo. Deste cinco estados que apresentam e mantém durante o período de 2010 a 2017 um número de suicídios por 100 mil habitantes muito acima da média nacional (6,017) e das outras UFs em 2017: Rio Grande do Sul (11,959), Roraima (9,567), Santa Catarina (10,580), Piauí (9,740), Mato Grosso do Sul (9,534). Nenhuma UF da região sudeste aparece acima da média brasileira de suicídios durante o período. Muito abaixo da média nacional em 2017 estão Pará (3,574), Rio de Janeiro (3,560), Bahia (4,088), Pernambuco (4,624) e Maranhão (4,547). O estado do Amapá parece ter um comportamento cíclico durante este período, onde o número de suicídios aumenta de maneira acentuada durante um ano e diminui durante o ano seguinte, podendo indicar politicas publicas de prevenção mal consolidadas. As demais unidades da federação parecem acompanhar as médias nacionais.

Imagem 2: Série histórica da quantidade de suicídios por 100 mil habitantes (2010-2017)



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (2019)

Tabela 3: Mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente por 100 mil habitantes (2010-2017)

Unidade da Federação	2011	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Crescimento no período (%)
Brasil	**4,85**	**5,01**	**5,20**	**5,27**	**5,28**	**5,49**	**5,57**	**6,04**	**24,6%**
Rondônia	5,13	4,82	4,46	5,19	5,01	6,42	6,00	6,50	26,8%
Acre	5,36	5,27	5,43	5,47	5,99	4,69	6,63	7,47	39,5%
Amazonas	4,56	5,20	5,02	6,00	6,10	6,77	4,91	5,16	13,1%
Roraima	7,41	7,24	7,91	6,72	2,99	10,13	11,22	9,14	23,4%
Pará	2,42	2,82	3,02	2,88	2,55	3,23	3,32	3,57	47,6%
Amapá	4,32	5,20	2,89	6,04	4,46	6,80	4,52	5,66	30,9%
Tocantins	6,16	6,43	6,48	6,41	5,72	6,59	6,64	7,48	21,5%
Maranhão	3,10	3,23	3,03	3,54	3,71	4,05	4,23	4,55	46,7%
Piauí	6,30	7,31	7,25	7,05	7,56	8,37	9,89	9,74	54,7%
Ceará	5,66	6,37	5,84	6,71	6,40	6,35	6,58	7,14	26,2%
Rio Grande do Norte	4,23	5,41	5,18	4,71	5,03	4,60	5,29	5,22	23,4%
Paraíba	4,11	4,22	4,88	5,12	4,04	5,62	4,58	6,29	52,9%
Pernambuco	3,17	3,21	3,64	3,48	3,51	3,31	4,22	4,64	46,6%
Alagoas	2,66	3,24	3,37	4,40	3,62	3,54	3,40	3,14	18,2%
Sergipe	6,12	5,87	5,06	5,75	5,01	5,41	5,14	5,63	-8,1%
Bahia	3,02	3,01	3,30	3,39	3,08	3,44	3,62	4,09	35,4%
Minas Gerais	5,52	6,26	6,25	5,69	6,62	6,31	6,27	7,25	31,2%
Espírito Santo	4,45	4,45	4,83	4,23	4,55	4,93	4,51	5,27	18,5%
Rio de Janeiro	3,12	2,64	2,80	2,63	3,12	3,15	3,38	3,56	14,0%
São Paulo	4,64	4,79	4,86	5,07	5,08	5,19	4,91	5,11	10,0%
Paraná	5,52	5,52	5,81	6,01	5,64	6,46	6,80	6,87	24,5%
Santa Catarina	8,34	8,07	8,39	8,58	8,75	9,36	9,78	10,58	26,8%
Rio Grande do Sul	9,49	9,51	10,71	10,32	10,00	10,21	10,40	11,96	26,0%
Mato Grosso do Sul	7,54	8,35	8,21	8,81	7,78	8,67	8,30	9,53	26,5%
Mato Grosso	5,18	5,02	5,81	5,49	4,80	4,38	5,30	5,80	11,8%
Goiás	5,15	5,44	6,36	6,65	6,96	6,57	7,15	7,28	41,3%
Distrito Federal	5,61	3,73	4,96	4,49	4,81	4,56	5,26	5,73	2,2%

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (2019), IBGE (2019).

Quanto ao sexo o numero absoluto de suicídios é maior entre homens, durante o período homens se mostraram aproximadamente quatro vezes mais propensos a suicídios em relação às mulheres.

Tabela 4: Mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente por 100 mil habitantes (2012-2017)

Período	Brasil		
	Total	Homens	Mulheres
1º trim. 2012	1,33	2,08	0,60
2º trim. 2012	1,22	1,98	0,50
3º trim. 2012	1,29	2,07	0,53
4º trim. 2012	1,37	2,17	0,60
1º trim. 2013	1,36	2,18	0,58
2º trim. 2013	1,29	2,04	0,56
3º trim. 2013	1,28	2,08	0,50
4º trim. 2013	1,34	2,19	0,53
1º trim. 2014	1,37	2,17	0,60
2º trim. 2014	1,25	2,03	0,50
3º trim. 2014	1,27	2,07	0,50
4º trim. 2014	1,37	2,21	0,57
1º trim. 2015	1,40	2,25	0,58
2º trim. 2015	1,33	2,11	0,57
3º trim. 2015	1,31	2,07	0,58
4º trim. 2015	1,46	2,38	0,57
1º trim. 2016	1,36	2,18	0,58
2º trim. 2016	1,33	2,14	0,55
3º trim. 2016	1,36	2,24	0,53
4º trim. 2016	1,52	2,46	0,61
1º trim. 2017	1,49	2,40	0,61
2º trim. 2017	1,40	2,25	0,57
3º trim. 2017	1,52	2,42	0,66
4º trim. 2017	1,64	2,64	0,68

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (2019), IBGE (2019).

Os suicídios são mais frequentes durante o último trimestre do ano e em janeiro, tanto para homens quanto para mulheres. Nota-se que, como é visível na Imagem 2, que os dados sobre suicídio no Brasil podem ser melhor acessados quando distribuídos por UFs ao invés de regiões, pois são extremamente heterogêneos.

Para tentar traçar de maneira estatística se há relação (ou não) entre renda-suicídio e desemprego-suicídio é feita uma análise de um Modelo de Regressão Simples, sendo o número de suicídios a variável dependente e a renda e o desemprego serão cada um, em seus modelos, a variável explanatória.

Os dados de emprego e renda são retirados da PNAD e estão divididos por sexo, são apresentados de forma trimestral e levam em contas pessoas com 14 anos ou mais, para ser possível realizar a regressão com tais dados, onde os dados de suicídio por 100 mil habitantes serão trimestrais, e para tal, a população para os quatro trimestre do ano será a mesma a população do ano corrente para todos os períodos.

3.1.1. Análise de Modelo de Regressão Simples: desemprego-homens

Fazendo a análise do quadro 1 e partir das considerações já feitas durante a metodologia, é possível afirmar que a regressão linear simples mostrou que o desemprego (desocupação) dos homens prevê o comportamento das taxas de suicídio:

$$[F(1,22)=27,12,\ p < 0,10;\ R^2=0,55]$$

O quadro 1 mostra que a previsão de suicídios por 100 mil habitantes, corresponde a:

$$\hat{Y}_t=6,89+ 0,0000115 *(X_t)$$

Pode-se afirmar, portanto, que para cada mil homens desocupados (X) a taxa estimada ao trimestre de suicídio por 100 mil ($\hat{Y}$) habitantes tem um incremento de 0,0000115. Através da variável desemprego é possível explicar 55% das taxas de suicídio.

Como se trata aqui de um problema social multifacetado, o fator desemprego trás consigo uma série de outras variáveis que podem condicionar o suicídio como o caso da dependência química, depressão, perda de identidade, entre outros.

Quadro 1: Modelo de Regressão Simples: desemprego-homens

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,74
R-quadrado	0,55
R-quadrado ajustado	0,53
Erro padrão	0,11
Observações	24,00

ANOVA

	gl	*SQ*	*MQ*	*F*	*F de significação*
Regressão	1,00	0,33	0,33	27,12	0,00003
Resíduo	22,00	0,26	0,01		
Total	23,00	0,59			

Coeficientes

	Coeficientes	*Erro padrão*	*Stat t*	*valor-P*	*95% inferiores*	*95% superiores*	*Inferior 95,0%*	*Superior 95,0%*
Interseção	6,89	0,90	7,65	0,0000001	5,02	8,75	5,02	8,75
X_1	0,0000115	0,000004	-5,21	0,00003	-0,0001	-0,00004	-0,0001	-0,00004

3.1.2. Análise de Modelo de Regressão Simples: desemprego-mulheres

Considerando as análises realizadas do quadro 2 e partir das exposições já feitas durante a metodologia, constata-se que a regressão linear simples mostrou que o desemprego (desocupação) das mulheres prevê o comportamento das taxas de suicídio:

$$[F(1,22)=9{,}93,\ p < 0{,}05;\ R^2=0{,}24]$$

O quadro 2 mostra que a previsão de suicídios por 100 mil habitantes, corresponde a:

$$\hat{Y}_t=-0{,}41+ 0{,}000012*(X_t)$$

Desta forma, pode-se afirmar que para cada mil mulheres desocupadas (X) a taxa estimada ao trimestre de suicídio por 100 mil habitantes ($\hat{Y}$) tem um incremento de 0,000012, através da variável desemprego é possível explicar 24% das taxas de suicídio, mesmo tendo um R^2 (0,24) menor o incremento da regressão é um pouco maior.

Quadro 2: Modelo de Regressão Simples: desemprego-mulheres

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,49
R-Quadrado	0,24
R-quadrado ajustado	0,20
Erro padrão	0,04
Observações	24,00

ANOVA

	gl	*SQ*	*MQ*	*F*	*F de significação*
Regressão	1,00	0,01	0,01	6,93	0,02
Resíduo	22,00	0,04	0,00		
Total	23,00	0,05			

Coeficientes

	Coeficientes	*Erro padrão*	*Stat t*	*valor-P*	*95% inferiores*	*95% superiores*	*Inferior 95,0%*	*Superior 95,0%*
Interseção	-0,41	0,37	-1,10	0,28	-1,18	0,36	-1,18	0,36
X_1	0,00001	0,000004	2,63	0,02	0,000002	0,00002	0,000002	0,00002

3.1.3. Análise de Modelo de Regressão Simples: desemprego-população

Partindo do diagnóstico do quadro 3 e das interpretações construídas e apresentadas no texto referente a metodologia, constata-se que a regressão linear simples mostrou que o desemprego (desocupação) da população prevê o comportamento das taxas de suicídio:

$$[F(1,22)=21,69,\ p < 0,05;\ R^2=0,496]$$

De acordo com o quadro 3 a previsão de suicídios por 100 mil habitantes, corresponde a:

$$\hat{Y}_t=-1,44+ 0,00002*(X_t).$$

Desta forma, pode-se alegar que para cada mil desocupados (X) a taxa estimada ao trimestre de suicídio por 100 mil habitantes ($\hat{Y}$) tem um incremento de 0,00002, sendo que através da variável desemprego é possível explicar 49,6% das taxas de suicídio.

Quadro 3: Modelo de Regressão Simples: desemprego-população

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,704596808
R-Quadrado	0,496456662
R-quadrado ajustado	0,473568329
Erro padrão	0,070914636
Observações	24

ANOVA

	gl	*SQ*	*MQ*	*F*	*F de significação*
Regressão	1,00	0,11	0,11	21,69	0,00012
Resíduo	22,00	0,11	0,01		
Total	23,00	0,22			

Coeficientes

	Coeficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P	95% inferiores	95% superiores	Inferior 95,0%	Superior 95,0%
Interseção	-1,44	0,60	-2,39	0,03	-2,69	-0,19	-2,69	-0,19
X_1	0,00002	0,000004	4,66	0,0001	0,00001	0,00003	0,00001	0,00003

3.1.4. Análise de Modelo de Regressão Simples: renda-homens

Considerando a interpretação do quadro 4 e das considerações já feitas na parte metodológica deste trabalho, verifica-se que regressão linear simples mostrou que a renda (reais) mensal dos homens prevê o comportamento das taxas de suicídio:

$$[F(1,22)=22,47,\ p < 0,10;\ R^2=0,51]$$

O quadro 4 mostra que a previsão de suicídios por 100 mil habitantes, corresponde a:

$$\hat{Y}_t=1,25+ 0,0005*(X_t)$$

Logo, é possível verificar que para cada um real (X_t) a taxa ao trimestre de suicídio por 100 mil habitantes ($\hat{Y}_t$) tem um incremento de 0,0005, através da variável renda é possível explicar 51% das taxas de suicídio.

Quadro 4: Modelo de Regressão Simples: renda-homens

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,71
R-Quadrado	0,51
R-quadrado ajustado	0,48
Erro padrão	0,12
Observações	24,00

ANOVA

	gl	*SQ*	*MQ*	*F*	*F de significação*
Regressão	1,00	0,30	0,30	22,47	0,0001
Resíduo	22,00	0,29	0,01		
Total	23,00	0,59			

Coeficientes

	Coeficientes	*Erro padrão*	*Stat t*	*valor-P*	*95% inferiores*	*95% superiores*	*Inferior 95,0%*	*Superior 95,0%*
Interseção	1,25	0,20	6,22	0,000003	0,83	1,67	0,83	1,67
X_1	0,0005	0,0001	4,74	0,0001	0,0003	0,001	0,0003	0,0007

3.1.5. Análise de Modelo de Regressão Simples: renda-mulheres

A partir da analise do quadro 5 e das considerações já feitas durante a metodologia é possível afirmar que a regressão linear simples mostrou que a renda (reais) mensal das mulheres prevê o comportamento das taxas de suicídio:

$$[F(1,22)=5,61,\ p < 0,05;\ R^2=0,20]$$

O quadro 5 mostra que a previsão de suicídios por 100 mil habitantes, corresponde a:

$$\hat{Y}_t=0,416+ 0,0001*(X_t)$$

Assim, é possível sustentar que para cada um real(X) a taxa estimada ao trimestre de suicídio por 100 mil habitantes tem um incremento de 0,0001 ($\hat{Y}_t$), através da variável renda é possível explicar 20% das taxas de suicídio.

Quadro 5: Modelo de Regressão Simples: renda-mulheres

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,45
R-Quadrado	0,20
R-quadrado ajustado	0,17
Erro padrão	0,04
Observações	24,00

ANOVA

	gl	*SQ*	*MQ*	*F*	*F de significação*
Regressão	1,00	0,01	0,01	5,61	0,03
Resíduo	22,00	0,04	0,002		
Total	23,00	0,05			

Coeficientes

	Coeficientes	*Erro padrão*	*Stat t*	*valor-P*	*95% inferiores*	*95% superiores*	*Inferior 95,0%*	*Superior 95,0%*
Interseção	0,416	0,066	6,341	0,000002	0,280	0,552	0,280	0,552
X_1	0,0001	0,00004	2,369	0,027	0,00001	0,0002	0,00001	0,0002

3.1.6. Análise de Modelo de Regressão Simples: renda-população

A partir da analise do quadro 6 e das considerações já feitas durante a metodologia é possível afirmar que a regressão linear simples mostrou que a renda (reais) mensal das pessoas prevê o comportamento das taxas de suicídio:

$$[F(1,22)=19,26,\ p < 0,05;\ R^2=0,47]$$

Como é visto no quadro 6 a previsão de suicídios por 100 mil habitantes, corresponde a:

$$\hat{Y}_t=0,84+ 0,0003*(X_t)$$

Logo, para cada um real (X_t) a taxa estimada ao trimestre de suicídio por 100 mil habitantes ($\hat{Y}_t$) tem um incremento de 0,0003, através da variável renda é possível explicar 47% das taxas de suicídio.

Quadro 6: Modelo de Regressão Simples: renda-população

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,68
R-Quadrado	0,47
R-quadrado ajustado	0,44
Erro padrão	0,07
Observações	24,00

ANOVA

	gl	*SQ*	*MQ*	*F*	*F de significação*
Regressão	1,00	0,10	0,10	19,26	0,0002
Resíduo	22,00	0,12	0,01		
Total	23,00	0,22			

Coeficientes

	Coeficientes	*Erro padrão*	*Stat t*	*valor-P*	*95% inferiores*	*95% superiores*	*Inferior 95,0%*	*Superior 95,0%*
Interseção	0,84	0,12	6,90	0,0000006	0,59	1,09	0,59	1,09
X_1	0,0003	0,00007	4,39	0,0002	0,0002	0,0004	0,0002	0,0004

3.2. Discussões e resultados

Os modelos foram realizados com 24 amostras trimestrais de 2012 a 2017 de suicídio por 100 mil habitantes, desocupação e renda, onde o intervalo de tempo escolhido justifica-se pela disponibilidade de dados.

As regressões de desemprego-suicídio mostram que o coeficiente angular das regressões é mais íngreme para a população (0,00002), seguido por mulheres (0,000012) e por fim homens (0,0000115), o R^2 se ajusta melhor nos modelos dos homens (55%), seguido pela população (49,6%) e mulheres (24%).

Quanto ao requisito renda, o coeficiente angular é mais íngreme em pessoas do sexo masculino (0,005), seguido pela população (0,0003) e mulheres (0,0001), o R^2 indica um melhor ajuste nos modelos de homens (51%), seguido pela população (47%) e mulheres (20%).

Portanto, pode-se concluir que há um impacto maior de renda e desemprego em homens quando comparado com mulheres, constatação que reflete os dados apresentados na tabela 4. Estes mostram que há um número maior de suicídios na população masculina, chegando a quase o dobro de ocorrências em relação à população feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reformas do atual governo federal têm tomado o rumo de extinção de direitos como o seguro para vítimas de trânsito, da extinção do direito de receber LOAS ou a sua redução, de aumentar as taxações sobre os trabalhadores, até mesmo os desempregados, como é o caso da alíquota que será cobrada do seguro desemprego, sinalização do possível retorno da CPMF, dentre muitas outras medidas.

Essas ações agravam a situação da população mais vulnerável, diminuindo sua renda e tornando sua existência miserável. É importante ressaltar, nesse sentido, que mesmo com o enfoque deste texto sendo os suicídios, viver uma vida precária é um tema igualmente relevante.

Em síntese, pode-se dizer que o Modelo de Regressão Simples, nesta pesquisa, possibilita perceber como o impacto dos dados pelos coeficientes de uma ou mais variáveis é indispensável para atender aos objetivos e hipóteses propostas, enriquecendo a discussão teórica, que é, indiscutivelmente, tão importante quanto à análise de dados.

Como resultado, tem-se que as análises das regressões lineares simples que corroboraram a hipótese de que a decisão dos suicidas leva em conta fatores econômicos, sendo que os homens parecem ser mais afetados. Tal comprovação pode estar relacionada ao fato de que, mesmo frente ao crescente número de famílias chefiadas e sustentadas por mulheres, a figura do homem ainda é associada a uma construção de masculinidade provedora.

Essa lógica contemporânea de construção de masculinidade intimamente ligada à estrutura capitalista na qual estamos inseridos inclui outros aspectos, como o encorajamento do armamento da população, que tem um enfoque maior nos homens. Portanto, pode-se deduzir que homens tem acesso a meios mais eficientes para se suicidar.

Para uma análise futura mais aprofundada, é possível notar que realizar uma pesquisa que considere dividir a população em grupos etários, faixas de renda, cor/raça, possibilitaria realizar regressões para cada uma das unidades da federação, auxiliando na composição de um panorama mais claro sobre possíveis grupos de risco.

Ao longo da discussão aqui tecida, também se pode concluir que os estados com o maior número de suicídios por 100 mil habitantes sofrem de algum problema crônico que, em certa medida, pode ser também analisado pelas Ciências Econômicas, como possíveis externalidades (agrotóxicos, alcoolismo, armamento da população) e/ou como dificuldade na

implementação de políticas públicas efetivas e sustentáveis que possibilitem reduzir constantemente o número de suicídios.

Logo, é notável, através desta pesquisa, que tais problemas tendem a se agravar com as políticas públicas atuais, uma vez que estas buscam facilitar e vangloriar o acesso a armas de fogo; facilitando e promovendo a entrada de novos agrotóxicos no país; gestando e executando o desmonte da saúde pública com o sucateamento do SUS; contingenciando os investimentos na educação, que inviabilizam a realização de investigações científicas sobre temas como este.

De tal modo, como sugere a discussão teórica sobre necropolítica de Achile Mbembe (2017), vivemos atualmente imersos em uma lógica de economias e políticas do cotidiano (VICTORA, 2011) onde o Estado executa seu papel, em sua máxima soberania, de determinar, quais vidas vivem e quais se podem deixar morrer.

Não há, de maneira prática, como se afirmar que um suicídio se deu tão somente por motivações econômicas, até mesmo porque tal constatação é quase impossível de se realizar. Todavia, é necessário atentar-se para o cenário de crise política e econômica para a qual se caminha no momento atual.

Fenômenos como suicídio, depressão e fadiga mental e seus mais variados aspectos sociais, expressam o nível de esgotamento humano (HAN, 2017) ao quais milhões de pessoas são sujeitadas diariamente, seja este pela exploração direta que sofrem ao vender sua força e tempo de trabalho a empregadores, seja pelas várias violências neuronais sofridas no processo de instituição da autoexploração, por meio da livre coerção da maximização do desempenho.

Essa leitura visceral que suporta a interpretação para as tomadas de decisão política e econômica que vivenciamos atualmente, repleta de cortes e privatizações de direitos básicos assegurados constitucionalmente, onde não se evidência preocupação alguma com o nível de precariedade ao qual milhões de brasileiros serão submetidos em troca de se seguir uma redução fiscal parte da pauta conservadora irracional instituída como prioridade no governo atual.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS. **Governo defende corte no BPC e abono para redirecionar recursos**. Câmara dos Deputados, Brasília, 21, 05, 2019. Trabalho e Previdência. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/576880-GOVERNO-DEFENDE-CORTE-NO-BPC-E-ABONO-PARA-REDIRECIONAR-RECURSOS.html Acesso em 10 jul. 2019.

ARAÚJO JR., et al. Teoria Econômica do Suicídio: estudo empírico para o Brasil. **Análise Econômica** [Online], v. 25, n. 48, 2007. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10897 Acesso em 10 de jul. 2019.

BCB – Banco Central do Brasil. **Taxas de Juro**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estatisticas/txjuros Acesso em: 10 jul. 2019.

BRAZZABENI, Micol; PUSSETTI, Chiara. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. **Etnográfica** [Online], vol. 15 (3), 2011. Disponível em: http://journals.openedition.org/etnografica/1036 Acesso em 10 jul. 2019. DOI: 10.4000/etnografica.1036

CAMUS, Albert. **O Mito de Sísifo**. 8. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

CARRASCO, Recardo Gálvez; STRAJILEVICH, Marco Kremerman. ¿AFP para quién? Dónde se invierten los fondos de pensiones en Chile. Fundación SOL, **Ideas para el Buen Vivir**. Santiago, n.15, p. 04-39, may., 2019.

CÁSSIA, Rita de; et al. Os números do desalento. **Retratos** a revista do IBGE. n.11, maio de 2018, Rio Janeiro.

CHALLINOR, Elizabeth Pilar. Identidade e pertença: para além das dimensões materiais do sofrimento social. **Etnográfica** [Online], vol. 15 (3), 2011. Disponível em: http://journals.openedition.org/etnografica/1044 Acesso em 10 jul. 2019. DOI: 10.4000/etnografica.1044

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio: estudo de sociologia**. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000. [Coleção Tópicos].

FURUICHI, Noritoshi. **The Happy Youth of a Desperate Coutry: the disconnect between japan's malaise and its Millenials**. Tradução de Raj Mahtani. Tokyo, Japan: Japan Publishing Industry Foundation for Culture (JPIC), 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de Pesquisa em Economia.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

GONCALVES, Ludmilla R. C.; et al. Determinantes espaciais e socioeconômicos do suicídio no Brasil: uma abordagem regional. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 281-316, Ago. 2011.

GRIFFITHS, William E.; HILL, R. Carter; JUDGE, George G. **Econometria**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria Básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HAMERMESH, Daniel S.; SOSS, Neal M. An Economic Theory of Suicide. **Journal of Political Economy**. Vol. 82, Issue.1, p. 83-98, Jan., 1974.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa da População**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html Acesso em: 13 nov. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral: Tabela 4093 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis, por sexo**. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4093 Acesso em 13 nov. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral: Tabela 5429 - Rendimento médio nominal, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por sexo**. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5429 Acesso em 13 nov. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções da população**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=17996&t=downloads Acesso em 13 nov. 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Salário mínimo nominal vigente**. 2019. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?stub=1&serid 1739471028=1739471028 Acesso em 10 jul. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**: **ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. [Coleção TRANS].

LATOUR, Bruno. On Actor-Network Theory: a few clarifications. **Soziale Welt**. Jahrg.

LOUREIRO, Paulo R. A., et al. **Os Determinantes Econômicos do Suicídio: Um Estudo Para o Brasil**. Texto para Discussão 1487. IPEA: Rio de Janeiro, maio de 2010.

MATTAR, João. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: Editora N-1, 2017.

MBEMBE, Achille. NECROPOLÍTICA: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Arte & Ensaios -** revista do PPGAV/EBA/UFRJ. n. 32. Dezembro, 2016.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Prevenção do Suicídio: um recurso para conselheiros**. Organização Mundial de Saúde — OMS: Genebra, 2006.

VICTORA, Ceres. Sofrimento Social e a Corporificação do Mundo. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v5, n.4, p.3-13, Dez., 2011.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores Sociais da Diferença. **Sociologia: grandes temas do conhecimento** (Especial Desigualdades), São Paulo, v. 1, p. 13-18, 01 ago. 2014.